



624  
C

PODER JUDICIÁRIO

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA  
APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO N. 0019712-53.2010.4.01.3300/BA

RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL  
PROCURADOR : CRISTINA LUISA HEDLER  
RECORRIDO : BRASKEM S/A  
ADVOGADO : AUGUSTO MOREIRA DE CARVALHO E OUTROS(AS)

**DECISÃO**

Processual Civil. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). **Lei 7.689/88. Declaração de Inconstitucionalidade. Decisão judicial. Trânsito em Julgado.** Prestação Jurisdicional. Negativa. Inexistência. Dispositivos Constitucionais. Prequestionamento. Ausência. **Súmulas 282 e 356/STF.** Acórdão Recorrido. Legislação Federal. Violação Indireta ou Reflexa. Recurso Extraordinário. Inadmissão.

Trata-se de **Recurso Extraordinário** interposto pela UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, contra Acórdão proferido pela 7ª Turma deste Tribunal assim ementado:

**TRIBUTÁRIO — MANDADO DE SEGURANÇA — CSLL — INCONSTITUCIONALIDADE LEI N. 7.689/88 — COISA JULGADA: EFEITOS OBJETIVOS — JURISPRUDÊNCIA STJ (RESP 1.118.893/MG) — APELAÇÃO DA FN E REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDAS.**

1. O STJ (REsp nº 1.118.893/MG), sob o rito do art. 543-C do CPC, firmou entendimento de que a coisa julgada formada em prol da inconstitucionalidade da cobrança com base na Lei nº 7.869/88 implica na impossibilidade de cobrança posterior da contribuição social, já que as Leis nº 7.856/89, 8.034/90, 8.212/91, 8.383/91 e 8.541/92, e mesmo a LC 70/91, apenas modificaram a alíquota e base de cálculo, ou dispuseram sobre a forma de pagamento, alterações que não criaram nova relação jurídico-tributária nem afastaram a inconstitucionalidade materialmente declarada no caso concreto.

2. *Apelação da FN e remessa oficial não providas.*

3. *Peças liberadas pela Relatora, em 14/ 02 /2012, para publicação do acórdão.*

Os embargos de declaração foram rejeitados.

Sustenta a Recorrente violação dos artigos 5º, incisos XXXV e LV; e 93, inciso IX, da Lei fundamental, ao argumento de que o acórdão não se pronunciou acerca de questões suscitadas nos embargos declaratórios opostos, negando-lhe a devida tutela jurisdicional.

Sustenta, ainda, violação dos artigos 5º, inciso XXXVI; e 102, da Constituição Federal, por violação à coisa julgada material.

Contrarrazões às fls. 584/601.

Pois bem, inicialmente, verifico que **a petição recursal cumpriu a exigência de demonstração formal e fundamentada da repercussão geral das questões discutidas no recurso extraordinário**, como exigem o artigo 543-A do Código de Processo Civil, introduzido pela Lei n. 11.418/2006, e a própria jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no paradigma que se transcreve abaixo:

(...)

*II. Recurso extraordinário: repercussão geral: juízo de admissibilidade: competência. 1. Inclui-se no âmbito do juízo de admissibilidade — seja na origem, seja no Supremo Tribunal — verificar se o recorrente, em preliminar do recurso extraordinário, desenvolveu fundamentação especificamente voltada para a demonstração, no caso concreto, da existência de repercussão geral (C.Pr.Civil, art. 543-A, § 2º; RISTF, art. 327).*

(...)

*4. Assim sendo, a exigência da demonstração formal e fundamentada, no recurso extraordinário, da repercussão geral das questões constitucionais discutidas só incide quando a intimação do acórdão recorrido tenha ocorrido a partir de 03 de maio de 2007, data da publicação da Emenda Regimental n. 21, de 30 de abril de 2007.*

(AI-QO n. 664.567/RS, rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, **Tribunal Pleno**, unânime, DJ 06/09/2007, pág. 37)

Quanto à alegação de ofensa aos artigos 93, inciso IX, e 5º, incisos XXXV e LV, da Constituição Federal, tidos como violados, por não ter se pronunciado o Órgão Julgador sobre pontos relevantes para o julgamento da causa, tem-se que configurada a **ausência de prequestionamento por não terem sido objeto de apreciação no acórdão recorrido (Súmulas 282 e 356 do STF)**, sendo certo que a jurisprudência do excelso Supremo Tribunal Federal **não admite o prequestionamento implícito**, conforme ementa que se transcreve abaixo:



CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESAPROPRIAÇÃO. ART. 5º, XXIV, LV E LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. JUSTA INDENIZAÇÃO. DOMÍNIO. LEI 9.871/99 E DECRETO LEI 3.365/41. REEXAME DE PROVAS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA.

1. **O acórdão recorrido decidiu a lide com base na legislação infraconstitucional. Inadmissível o recurso extraordinário, porquanto a ofensa à Constituição Federal, se existisse, seria reflexa. Precedentes.**

2. **Agravo regimental improvido.**

(AI 724847 AgR, rel. Min. ELLEN GRACIE, 2ª Turma, j. 08/06/2010, DJe-116 DIVULG 24.06.2010 PUBLIC 25.06.2010 EMENT VOL-02407-07 PP-01452-grifei)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA PROPORCIONAL. CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL – INCIDÊNCIA DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. **ACÓRDÃO FUNDAMENTADO NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E NO CONJUNTO PROBATÓRIO. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.**

(ARE 687065 AgR, rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, 1ª Turma, j. 26/06/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 15.08.2012 PUBLIC 16.08.2012-grifei)

Isto posto, **não admito** o Recurso Extraordinário.

Intimem-se.

Brasília, 5 de abril de 2013.

<ASSINATURA>>

Desembargador Federal **Mário César Ribeiro**  
Presidente



Documento contendo 4 páginas assinado digitalmente pelo(a) DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE, conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que instituiu a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil e Res. nº 397, de 18/10/2004, do Conselho da Justiça Federal. A autenticidade do documento pode ser verificada no site [www.trf1.jus.br/autenticidade](http://www.trf1.jus.br/autenticidade), informando o código verificador 7.021.721.0100.2-56.